

APRESENTAÇÃO

Augusto César Gonçalves e Lima*

O vasto campo da Educação nos obriga a fazer escolhas para a apresentação de alguns trabalhos que revelam buscas por alternativas ao que está posto ou aceito como norma. Desde a LDB 9394/1996 várias mudanças ocorreram. Nos últimos vinte anos muitas ideias e propostas surgiram e foram colocadas em prática, mas muito há o que debater, confrontar experiências e acompanhar ações das mudanças em curso. O presente número da revista escolheu alguns textos de pesquisadores/as que levantam questões sobre mudanças já ocorridas, temas em discussão e enfoques sobre a abordagem epistemológica de temáticas ligadas à Educação. O fio condutor é o questionamento e o chamamento à reflexão.

A Política de Cotas na Educação, como decorrência da construção de Ações Afirmativas, na busca de equalização no sistema educacional que não pode ser atingido por políticas universais, foi durante anos um debate vigoroso. Em “Os fundamentos da Ação Afirmativa e a adoção da Políticas de Cotas na Educação Brasileira”, Márcio Toledo Rodrigues reúne os fundamentos dos debates e experiências internacionais, com os enfoques liberal, democrático e social, e a experiência brasileira, apontando a importância da instituição das ações afirmativas no país.

A temática da inclusão de deficientes está pontuada fortemente nos debates internacionais desde o último quartel do século passado. Entre outros momentos especiais, estão as decisões da Conferência de Salamanca, em 1994, que o Brasil subscreveu. De lá para cá, nosso país se comprometeu com várias proposições inclusivas para estudantes com deficiência. Baseado em pesquisa de campo, o artigo “Inclusão de alunos com deficiência na escola: alguns apontamentos e reflexões”, de Silvana Matos Uhmman, nos ajuda a entender as dificuldades e potencialidades da política de inclusão.

A violência e seus reflexos na Educação, mais especificamente nas escolas das periferias urbanas não é um tema novo. Porém, analisar o direito de estudantes à educação e como se dão as relações entre o poder público local e as demandas nos ajuda a entender os vários óbices à superação dos limites enfrentados pela população com vulnerabilidade socioeconômica. É isso que os dados de campo das autoras Elizangela Rosa e Luciane Silva tratam em “Entre o direito à Educação e a violência: um olhar sobre a periferia campista”.

O cinema como terreno educacional não é novidade. Mas uma abordagem sobre o papel do cinema na educação antirracista, numa perspectiva de descolonizar o olhar capturado pelo padrão eurocentrado, apresentando experiências de cineastas negros/as é a contribuição do artigo “A decolonialidade do corpo negro nas telas”, por Leila da Silva Xavier e Stefano Motta.

A aprovação das BNCC tem provocado vários questionamentos, seja no debate nacional, seja nos locais em que esta aprovação vai se constituir na maior revelação dos limites e dificuldades de colocar em prática suas determinações. Tomando um processo de formação docente em um município, em “Currículo e BNCC: possibilidades, para quem?”, William de Goes Ribeiro desenvolve as reflexões sobre o tema.

A luta e o desejo da permanência estudantil guarda, para além da necessidade desta conquista, uma epistemologia que pode possibilitar, em maior ou menor grau, atingir os propósitos. Buscando sair de recorrentes análises sobre evasão escolar, um grupo de pesquisa toma a perspectiva do pesquisador da Universidade de Syracuse, Vincent Tinto. A partir dos sentidos de permanência como a sala de aula, Gerson Tavares do Carmo, Elaine Kreile Manhães e Maria Luiza Terra Cola nos dão “Pistas sobre a permanência estudantil como virada epistemológica:

iniciativas de um grupo de pesquisa por uma sociologia da permanência na educação a partir de Vincent Tinto”.

Esses são os caminhos de reflexão que os autores dos artigos acima nos convidam e que compartilhamos com nossos leitores.

*Professor Associado da Universidade Federal Fluminense (UFF) - Instituto de Educação de Angra dos Reis.
Coordenador deste dossiê